

José de Abreu do Ó (1740-1828): entalhador lisboeta

Sandra Costa Saldanha *

A reconstrução de Lisboa proporcionou um labor intensivo aos artistas que colaboraram na recuperação e redecação de inúmeros edifícios, encetando ou desenvolvendo a actividade de vários entalhadores. O seu desempenho é atestado pelas dezenas de nomes que emergem dos livros de despesa e recibos de pagamento do cartório da

Casa Real e do Infantado, actualmente integrados no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

O presente texto visa fundamentalmente divulgar alguns aspectos da vida e obra de um artista que, durante cerca de quarenta anos, se encontrou activo na cidade de Lisboa. Associado sobretudo a obras patrocinadas com dinheiros públicos ou da Coroa, trabalhando particularmente para a Casa Real, encarregou-se, durante pelo menos quinze anos, da talha encomendada para a basílica do Santíssimo Coração de Jesus à Estrela.

Com uma actividade quase desconhecida e um nome praticamente anónimo, coube a Ayres de Carvalho divulgar as primeiras referências à sua obra, lembrando a actuação «de um grande Mestre Entalhador»: ¹ José de Abreu do Ó.

A documentação reunida permite assim esboçar o percurso de um artista que, como muitos outros, assumiu um papel próprio na produção da talha lisboeta da segunda

Apresentação da vida e obra de um artista que em Lisboa se destacou no trabalho de talha da basílica da Estrela. Traça-se a sua ascendência algarvia e alentejana, a formação que terá recebido na escola do avô e do pai, ambos também entalhadores e a sua vinda para Lisboa. Na capital, identificam-se os contactos que estabeleceu no meio do seu ofício e os sítios onde morou e estabeleceu oficina. Finalmente, discutem-se os indícios que levam a identificar as obras em que terá deixado a sua marca.

¹ Cf. Ayres de Carvalho, *Os Três Arquitectos da Ajuda - do «Rocaille» ao Neoclássico*, Lisboa Academia Nacional de Belas-Artes, 1979, p. 43.

* Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing (IADE).

metade do século XVIII. Todavia, o presente texto constitui-se ainda como um incipiente delineamento da actividade de alguém que se julga ter tido um protagonismo bastante superior àquele que, presentemente, temos condição de apresentar.

1. Ascendência em Évora

Filho do mestre entalhador Sebastião de Abreu do Ó e de Mariana Teresa, José de Abreu do Ó nasceu em Évora, onde foi baptizado a 3 de Julho de 1740 na freguesia de São Mamede. Tendo passado a infância e juventude na referida cidade, contacta inevitavelmente com as obras de seu pai e seu avô, este também afamado entalhador, Manuel de Abreu do Ó.

A existência de várias gerações de artistas exercendo o mesmo ofício, a formação de âmbito familiar e a tendência para um dos filhos seguir o mester do pai, não só garantia uma oficina, onde desde logo podia trabalhar, como, mais tarde, permitiria herdar uma loja montada. Este seria, em princípio, o auspicioso futuro de José de Abreu do Ó que, orientado por dois célebres entalhadores alentejanos do tempo, terá assimilado os métodos e as técnicas de execução daquela que foi uma das mais conceituadas oficinas, pelo menos desde os anos Quarenta do século XVIII.

Com efeito, as pesquisas levadas a cabo no sentido de apurar a ascendência de José de Abreu do Ó acabaram inevitavelmente por nos conduzir aos nomes de Manuel (seu avô) e de Sebastião (seu pai). Apesar dos diversos documentos já encontrados, sobretudo contratos para obras de talha celebrados com os dois artistas, subsistem ainda lacunas de ordem biográfica. Dada a pertinência do assunto e o interesse de algumas das informações reunidas, parece-nos, no entanto, oportuna a sua inclusão desde já.

Manuel de Abreu do Ó (1698-1787)

Manuel de Abreu do Ó nasceu em Tavira em 1698. Baptizado a 23 de Dezembro na igreja matriz de São Tiago, foi seu padri-

nho Martinho Aulo. Tendo à data sido registado como «Filho da Igreja», só aos 58 anos Manuel assiste ao reconhecimento da sua paternidade, feito a 12 de Setembro 1757 por despacho do provisor desse bispado, Miguel d'Ataíde e Corte-Real. Em virtude do expediente apresentado por Manuel de Abreu do Ó, o aditamento ao assento de baptismo ocorre na sequência de um auto de justificação de género, datado do dito ano de 1757². Esclarecida assim a sua ascendência, sabe-se que era filho de Maria de Abreu Turina, natural de Tavira, e do padre Gaspar da Costa de Carvalho.

Ainda jovem, Manuel desloca-se a Faro, sendo soldado do regimento dessa praça pelo menos até 1719. Será então, durante a sua permanência na cidade algarvia, que conhece Maria Josefa, nascida em Faro a 26 de Junho de 1700, filha do alferes Roque Viegas de Leiria, e de D. Luísa da Costa. Viriam a casar a 8 de Agosto de 1718, na freguesia da Sé. Pouco depois do consórcio, o casal instala-se em Tavira onde nascem pelo menos dois dos seus nove filhos: José e Sebastião.

O primeiro, José de Abreu do Ó, nasceu a 18 de Fevereiro de 1719 e é baptizado nove dias depois na igreja matriz de Santa Maria, tendo por padrinhos Gregório Cabrita de Vila Lobos e Madre Joana Josefa das Chagas. A 24 de Janeiro de 1751, José, já licenciado em medicina pela Universidade de Coimbra, casa por procuração com Mariana da Cunha Carneiro, na paroquial de Santo Antão em Évora, casamento determinante para a sua deslocação para Alcácer do Sal, logo no ano seguinte. Mariana residia e era natural de Santa Maria do Castelo, dessa cidade. Com efeito, apesar de permanecer em Évora por meados de Setecentos, seria em Alcácer que viria a estabelecer-se e a desenvolver a sua actividade profissional, assim como a gerir o património da família de sua mulher, filha de António Nunes Machurro e Teresa Maria. Vivendo então do seu «curativo», de «negócios» e «fazendas», tornar-se-á num conceituado proprietário da região. A 7 de Fevereiro de 1764, em vésperas de completar 45 anos, José de Abreu do Ó apresenta junto do Santo Ofício de Évora uma habilitação, com a pretensão de servir esse tribunal³.

² Trata-se de um documento citado e parcialmente transcrito por Francisco Lameira, «A Talha», *Monumentos*, 10 (Março, 1999), 25-29.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Habilitações do Santo Ofício*, José de Abreu do Ó, Mç. 96, Diligência n.º 1393.

Ainda em Tavira, dois anos após o nascimento de José, a 20 de Janeiro de 1721, nasce o segundo filho de Manuel e Josefa. Sebastião de Abreu do Ó, o único que entre todos os irmãos deu continuidade à ocupação do pai, acabaria por desenvolver uma laboriosa e reconhecida actividade no domínio da talha na região alentejana. Desta época, em que Manuel era já entalhador reconhecido, datam alguns trabalhos que leva a cabo na sua cidade natal, como é o caso dos três retábulos da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, em 1722⁴.

⁴ Ref. por Francisco La-meira, *op. cit.*, p. 28.

Com uma actividade profissional repartida entre o Algarve e o Alentejo, Manuel de Abreu do Ó acaba por abandonar Tavira por volta de 1723. De acordo com os testemunhos averbados na diligência referida, apresentada por José para servir o Santo Ofício, sabe-se que será por esta altura que a família deixa a cidade algarvia. Com a mulher e os dois filhos, que contavam então com 4 e 2 anos de idade, a deslocação para Évora, onde viriam a instalar-se definitivamente, é ainda atestada pelo também citado auto de justificação de género, de 1757. De acordo com o documento, Manuel de Abreu do Ó desloca-se a Évora devido à obra em curso na nova capela-mor da Sé para a qual «foi chamado por ser insigne escultor não só em madeira mas em pedra»⁵.

⁵ Ref. Idem, *Ibidem*, nota 7.

Já instalados em Évora, Maria Josefa voltaria a dar à luz, pelo menos, mais sete vezes: Delfina, Genoveva, Tomé, Eugénia, Catarina, Ana e António. Em 1728 nasce Delfina Inácia de Abreu, baptizada a 4 de Julho na paroquial de São Tiago, que viria a casar a 25 de Outubro de 1745 com Manuel Lourenço Salgado, na igreja de São Mamede. Este último, filho de Francisco Lourenço e de Maria da Rocha, era natural de São Vicente de Passos, em Guimarães, conhecido mercador de pano de linho e familiar do Santo Ofício em Évora.

Em 1730 nascia a quarta filha do casal, Genoveva Maria de Abreu. Também ela baptizada em São Tiago, a 9 de Julho, teve por padrinhos o célebre escultor António de Pádua e Maria de São José. A 19 de Novembro de 1750, contando então 20 anos, casa na paroquial de Santo Antão com João Martins

da Silva. Licenciado e morador na vila do Torrão, este era natural de Beja e filho de Jerónimo da Silva e de Isabel de Mira. Continuando, ao que supomos, a viver no Torrão, nasce em 1780 deste matrimónio João Justiniano da Silva e Abreu. Nesse mesmo ano, a 28 de Abril, sendo Genoveva viúva e moradora na mesma vila, a sua irmã Catarina e marido efectua a doação de um olival a favor de seu filho, «para ajuda de seo Patrimonio e poder ordenar-se da ordens sacras»⁶.

Dois anos depois, a 28 de Dezembro de 1732 era baptizado na mesma igreja Tomé, que teve também por padrinho João António Bellini de Pádua e Teresa da Silva, o que de novo comprova a relação de amizade entre os dois artistas, que nessa altura trabalhavam juntos na obra da Sé. Como vimos, seria por volta da década de Vinte que Manuel de Abreu do Ó integra a vasta equipa constituída para concretizar os trabalhos da nova capela-mor da catedral de Santa Maria em Évora.

No final de 1732 nasceu outra filha do entalhador, Eugénia. Baptizada a 28 de Dezembro desse ano na igreja de São Mamede, teve por padrinhos o padre José da Encarnação e D. Eugénia Margarida, religiosa de Santa Mónica.

A sétima filha de Manuel de Abreu do Ó foi Catarina Leocádia de Abreu, também baptizada em São Mamede a 1 de Maio de 1737. Casada com Manuel José Galvão Simões, dessa união nasce Manuel José Galvão, mais tarde clérigo⁷. Anos antes, como referimos, a 28 de Abril de 1780, o casal efectua a doação de um olival que possuía nos arredores de Évora a Genoveva Maria de Abreu, que recentemente enviudara, e a seu filho. Catarina viria a falecer a 11 de Dezembro de 1815 na freguesia de São Tiago, ficando sepultada na igreja de N. S. das Mercês em Évora.

Na década de Quarenta nascem os seus dois últimos filhos – Ana, a 7 de Março de 1740, baptizada na mesma igreja, e António, a 6 de Junho de 1742, que teve por padrinho o reverendo inquisidor Luís António Fragoso de Barros. Deste último nascimento havia, todavia, de resultar o infortúnio da

⁶ Arquivo Distrital de Évora (ADE), *Registos Notariais*, Évora, Livro n.º 1480, fls. 97-97 v.

⁷ Com habilitação de género datada de 1784.

morte de Maria Josefa, casada com Manuel de Abreu do Ó havia já perto de 24 anos. Em vésperas de completar 42 anos de idade, viria assim a falecer, um dia após o baptismo do seu último filho, a 7 de Junho de 1742, na Rua da Mouraria, tendo ficado sepultada na igreja de São Francisco da cidade de Évora.

Desenvolvendo uma actividade profissional como oficial de entalhador, julgamos que Manuel de Abreu do Ó tenha deixado de exercer o seu ofício por volta de 1763. Contando então 65 anos de idade, a partir dessa altura passamos a encontrá-lo na qualidade de tabelião de notas, encargo que mantém até 1781. Ocupação que parece ser sistematicamente apartada do seu percurso profissional, sendo atribuída a um suposto filho homónimo. Tal não nos parece provável, em primeiro lugar, porque desconhecemos qualquer registo de baptismo de um filho com esse nome e, paralelamente, o documento já referido, de habilitação do Santo Ofício apresentado por José, identifica-o de facto nessa categoria. Com efeito, os testemunhos registados reportam-se ao pai do habilitando (portanto aquele natural de Tavira) como tabelião de notas, avaliador dos órfãos e morador em Évora com Maria Josefa há cerca de 30 anos, portanto desde a década de 30. Acresce ainda o facto das assinaturas usadas serem iguais, quer na qualidade de oficial de entalhador, quer como tabelião de notas.

A 12 de Dezembro de 1763, Manuel procede ao pagamento de uma fiança no valor de 30\$000 réis, com vista a continuar a exercer o ofício de tabelião de notas em Évora. Os cargos de Partidor do Juízo dos Órfãos e Avaliador do concelho da cidade de Évora, também citado, remontam a algumas décadas atrás, datando de 11 de Maio de 1740 uma provisão de confirmação desses ofícios⁸.

A 16 de Fevereiro de 1787, então com 89 anos, Manuel de Abreu do Ó viria a falecer, na cidade de Évora, freguesia de Santo Antão, tendo o seu corpo sido sepultado na igreja de São Francisco dessa cidade.

⁸ ANTT, *Chancelaria de D. João V*, Livro n.º 98, fl. 105 v.

Sebastião de Abreu do Ó (n. 1721)

Segundo filho de Manuel, Sebastião de Abreu do Ó nasceu em Tavira a 20 de Janeiro de 1721. Baptizado nove dias depois na igreja matriz de Santa Maria, teve por padrinho Duarte de Freitas de Figueiredo, arcediogo da Sé de Tanger.

Em Évora desde cerca de 1723, tal como seu pai, colabora também nas obras da Sé de Évora, onde naturalmente se terá iniciado na qualidade de aprendiz. Na verdade, terá sido aí que deu os primeiros passos no mester de seu pai. O retábulo da Cartuxa, frequentemente atribuído à parceria Manuel e Sebastião de Abreu do Ó, não pôde naturalmente contar com a colaboração do segundo. Encomenda datável de 1727 e concluída em 1729, é improvável que com apenas 6 anos de idade aquele pudesse estar incumbido de tal tarefa.

Na década de Trinta, Sebastião viria a contrair matrimónio com Mariana Teresa, natural da cidade de Évora. Baptizada a 8 de Setembro de 1718 na igreja de Santo Antão, era filha de Filipe Guerreiro e de Ana Pinheira. Deste casamento nascem, pelo menos, sete filhos: José, Maria, Carlos, Brás, Ana, Rosália e Cláudio.

O primeiro, que abordamos especificamente neste texto, foi José de Abreu do Ó. Homónimo de seu tio, mas com um percurso de vida absolutamente distinto, nasceu em Évora em 1740. Baptizado a 3 de Julho de 1740, teve por padrinhos Jerónima Teresa e Frei Francisco da Conceição, monge do convento do Espinheiro, para o qual seu pai viria a trabalhar anos mais tarde.

Assim como o primeiro, todos os restantes filhos de Sebastião de Abreu do Ó são baptizados na freguesia de São Mamede: Maria a 24 de Maio de 1742; Carlos a 27 de Dezembro de 1743; Brás a 20 de Março de 1746; Ana Joaquina de Abreu a 7 de Janeiro de 1748; Rosália Casemira de Abreu a 28 de Outubro de 1750; e Cláudio Justino de Abreu a 23 de Setembro de 1752.

Este último, bacharel formado em teologia pela Universidade de Coimbra, viria a tornar-se presbítero na matriz de

Alcácer do Sal. A 1 de Abril de 1777, pretendendo ingressar na vida religiosa, habilita-se de género na câmara eclesiástica. Clérigo *in minoribus*, professo na ordem de São Tiago em Mértola, destacou-se entre as testemunhas do processo o nome de José Rosado, então oficial de entalhador ao serviço da casa de Manuel de Abreu do Ó.

Como vimos, a partir de meados dos anos Sessenta, Manuel de Abreu do Ó deve ter abrandado a sua actividade de entalhador, devendo a oficina ter passado, ao que supomos, para as mãos de Sebastião, remontando de então diversas obras da sua autoria. A fama da oficina dos Abreu do Ó propagou-se por todo o Alentejo, e Sebastião viria a ser especialmente solicitado, conhecendo-se encomendas para Elvas, Beja, Portalegre, Montemor-o-Novo e Serpa.

Em 1757, sabe-se que reside em Portalegre, cidade onde trabalha na qualidade de mestre entalhador, mas onde é também referido como alferes. Com efeito, já por altura do nascimento do seu filho Carlos, em 1743, Sebastião era também denominado por alferes de ordenança na cidade de Évora. A 24 de Setembro de 1757, então com 36 anos, é constituído procurador de Manuel de Matos Seixas e sua mulher, Josefa Maria Machado, residentes em Évora, para que lhes vendesse um olival que possuíam nos coutos dessa cidade.

2. Integração em Lisboa

Chegado à capital na década de Sessenta, os motivos que trouxeram o filho mais velho de Sebastião de Abreu do Ó a Lisboa são ainda uma incógnita, desconhecendo-se as razões que o terão afastado do contexto familiar e que viriam a alterar a vida e o rumo profissional de um artista que, tudo levaria a crer, se iriam centrar em Évora. É com alguma estranheza que se observa esta realidade, tanto mais que José de Abreu do Ó se desvia, não só do meio artístico onde encetou e desenvolveu a sua formação, mas, sobretudo, de uma clientela garantida.

Talvez imbuído dos ideais estéticos e técnicos subsidiários da tradição que adquiriu durante a juventude, marcada pelas obras de seu pai e avô, o facto é que chega muito jovem à capital, com cerca de 20 anos. Ignoram-se as circunstâncias em que decorre a sua formação posterior. Como era habitual, o ensino que obtém ter-lhe-á sido ministrado por um mestre, em oficina própria, ou nos estaleiros das obras régias. Nesse sentido, José de Abreu do Ó parece cultivar alguns relacionamentos.

Em 1764, com 24 anos, contraiu matrimónio com a lisboeta Maria Caetana da Luz, então com 36 anos⁹, filha de Lourenço Nunes. Testemunharam o enlace o mestre entalhador João Nunes de Sousa (talvez filho de Lourenço Nunes e por isso cunhado de José de Abreu do Ó) e Domingos Pereira da Silva, guarda-livros do Paço da Madeira, portanto funcionário da Casa Real. Estes conhecimentos, dois anos após a sua instalação na freguesia de Santa Isabel, denotam não só o contacto com outros entalhadores, como lhe terão valido uma mais rápida integração na classe de oficiais a que já deveria pertencer.

Deste matrimónio, nasce, a 1 de Setembro de 1767, Luísa Inácia de Abreu¹⁰ que casa, em 1795, com João Pires, na igreja paroquial de Nossa Senhora das Mercês¹¹. Natural de Lisboa, João Pires nasceu a 3 de Julho de 1764¹², na freguesia de Santa Catarina, tendo tido como padrinho o então responsável pela Secretaria de Estado da Marinha, Francisco Xavier de Mendonça Furtado¹³, nada mais que irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo.

No que concerne às ligações de José de Abreu do Ó com o meio artístico da capital, um aspecto singular emerge entre aqueles que considerámos mais significativos: a sua relação com Silvestre de Faria Lobo (act. 1753-1787). Reconhecido e solicitado entalhador lisboeta da segunda metade do século XVIII, Faria Lobo residia e tinha loja aberta na travessa do Cabra, freguesia das Mercês. Em 1783, após a morte do seu oficial, João José de Barros, desocupa a loja e sobrado que habitara durante trinta e oito anos¹⁴. No registo de pagamento

⁹ Maria Caetana da Luz nasce em 1728, tendo sido baptizada a 22 de Agosto desse ano na freguesia de Santa Maria dos Olivais.

¹⁰ Baptizada três dias depois, teve como padrinhos Francisco Peres de Almeida e D. Francisca Luísa de Uras e Sá.

¹¹ Foram testemunhas do casamento seu pai, José de Abreu do Ó, e Pedro José e Abreu Guimarães (eventualmente um outro filho de José de Abreu do Ó).

¹² Filho de Joaquim José Pires de Araújo e de Isabel Mesud Pires, natural de Londres, moradores em Lisboa na rua da Esperança, freguesia de Santa Catarina.

¹³ Substituindo Tomás António da Costa Corte-Real, assume a chefia dessa secretaria entre 1760 e 1796, data da sua morte.

¹⁴ Silvestre de Faria Lobo viveu nessa morada pelo menos desde 1745, data do seu casamento e em que já é referido como morador na travessa do Cabra. Cf. documento publ. por Maria Natália Correia Guedes, *O Palácio dos Senhores do Infantado de Queluz*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971, p. 339 e Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Décima da Cidade*, Freguesia de Nossa Senhora das Mercês, Livro n.º 765, fl. 47.

da décima da cidade, o segundo semestre do ano em que abandona a propriedade é liquidado por Manuel de Abreu e, no ano seguinte, a mesma é ocupada por José de Abreu do Ó. Nessa morada, este último reside e tem loja aberta durante vinte e um anos, continuando assim uma oficina de indiscutível fama no círculo de entalhadores lisboetas da segunda metade daquela centúria. Supõe-se, por isso, que terá sido seu mestre em Lisboa Silvestre de Faria Lobo, à data da sua chegada um entalhador já destacado. A ligação entre ambos adivinha-se pelo ofício comum, mas é corroborada por referências que os associam antes mesmo de Abreu do Ó ocupar a dita oficina, designadamente, a assinatura de ambos num abaixo-assinado dos juizes e mais mestres do ofício de entalhador, em 1781¹⁵.

¹⁵ ANTT, *Desembargo do Paço*, Mç. 1902, Doc. 4, fl. 128.

¹⁶ Foram testemunhas Pedro Joaquim e o reverendo António Teresinha Morteira, tesoureiro da freguesia das Mercês.

A 14 de Abril de 1801, e em vésperas de completar 61 anos de idade, José de Abreu do Ó volta a casar, desta vez com D. Josefa Gamba¹⁶. A celebração realiza-se no oratório das casas de D. Álvaro Xavier Botelho (1771-1850), colaborador do duque de Lafões, que viria, anos mais tarde, a integrar os exércitos napoleónicos na campanha da Rússia.

3. A oficina

A tendência generalizada, que se perpetua de épocas anteriores, para que os artífices se estabelecessem em freguesias e ruas propriamente associadas a agrupamentos de diferentes ofícios é, por coincidência ou não, sintomática do progressivo aumento da sua estabilidade e integração no meio social e artístico da capital.

No sentido de apreciar a mobilidade de José de Abreu do Ó dentro da cidade de Lisboa, mas também com o intuito de descortinar os locais onde se estabeleceu, recorreremos aos livros de lançamento da décima, particularmente aqueles de arruamento e maneiio. Sendo um imposto sobre rendimentos colectáveis, para a compreensão das fontes utilizadas julgamos necessária a clarificação de alguns aspectos, que dispensaremos ao longo do texto seguinte:

- os lançadores percorriam exaustiva e sistematicamente as ruas da cidade, anotando para cada rua (lado esquerdo e direito) o proprietário do prédio e elementos relativos aos locatários dos diferentes andares, a saber: nome, ocupação, renda paga pela propriedade e imposto profissional (manejo). Em suma, os livros consultados incluem dados sobre o local de trabalho e residência dos visitados;
- paralelamente, a existência de pagamento de imposto de manejo implicava que a actividade fosse exercida publicamente, e não na intimidade das habitações;
- do conjunto de livros analisados, conclui-se a existência de taxas fixas relativas ao imposto, consoante o estatuto profissional de cada visitado. Os valores de 1\$200 e \$400 réis não deixam margem para dúvida sobre quem tem o estatuto de mestre e o de oficial. Para o caso que particularmente se analisa, é fundamental considerar tal aspecto, na medida em que permite conhecer o escalão profissional de José de Abreu do Ó. Veja-se, a título de exemplo, a referência acrescentada num registo de 1767 em que «por ser official» paga de manejo \$400 réis ou, numa outra de 1769, em que paga o mesmo valor «De Seu manejo de official» e em 1784 por ser «Mestre Entalhador» paga 1\$200 réis;
- por fim, os lançamentos das propriedades eram feitos pessoalmente pelas ruas da cidade e a cobrança das taxas era presencial. Por esse motivo, o lançador anota aquilo que lhe é dado observar no momento da visita, pelo que uma actividade não exercida publicamente com facilidade se furta ao pagamento de imposto profissional, podendo condicionar o conhecimento do real ofício ou estatuto dos moradores¹⁷.

¹⁷ Veja-se sobre esta matéria o estudo de Nuno Luís Madureira, *Cidade - Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

Santa Isabel, Rua do Vale do Pereiro: 1762-1766

A partir de 1762, José de Abreu do Ó fixa-se em Lisboa, habitando então na freguesia de Santa Isabel. Os anos que decorreram entre 1762 e 1766 correspondem ao período de tempo

em que se instala na capital, constitui família, enceta os primeiros contactos com o meio artístico local e, eventualmente, se inicia nas lides de entalhador.

Com efeito, Nuno Luís Madureira conclui, no estudo que dedica à cidade de Lisboa, que a freguesia de Santa Isabel se constitui como um centro de alojamento para trabalhadores recém-chegados à capital, absorvendo o fluxo de mão-de-obra que procura emprego e oportunidades¹⁸.

Com um vasto núcleo residencial, caracterizado por rendas acessíveis e excesso de oferta de habitação, era fundamental investir na reputação para com isso obter contactos¹⁹. Centro ideal para a fixação de mão-de-obra pouco especializada ou temporária – já que uma grande percentagem dos seus moradores surge desligada de qualquer actividade produtiva – as ocupações dos seus habitantes denotam que a maior parte da força de trabalho era constituída por oficiais, havendo um défice de mestres.

Na Rua do Vale do Pereiro, José de Abreu do Ó será proprietário de uma barraca que aluga por 30\$000 réis a Bernardo António²⁰. Referimo-nos à zona da cidade onde havia sido instalado o abarracamento do regimento de infantaria de Olivença, no Vale de Pereiro, actual zona da Rua Braamcamp. Como é sabido, o termo barraca, utilizado no século XVIII para qualificar qualquer género de casa de madeira, caracteriza um tipo de casa tosca que proliferou em torno da actual zona do Príncipe Real, alastrando-se por toda a freguesia de Santa Isabel os célebres abarracamentos, na sequência das medidas pós-terramoto.

No quadro socioprofissional de então, o dinheiro angariado com alugueres representaria, necessariamente, uma fonte complementar de receitas²¹, com certeza decisiva para o arranque e início de vida de quem acaba de chegar à capital e não tem ainda um estatuto profissional definido.

São José, Rua da Glória: 1766-1771

Em 1766, José de Abreu do Ó muda de morada, encontrando-se, entre esse ano e 1771, na Rua da Glória. Com 26 anos,

¹⁸ *Ibidem*, p. 58.

¹⁹ *Ibidem*, p. 65.

²⁰ Sobre este assunto veja-se José Melo Parente, «Abarracamentos», *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, s.n., 1994, pp. 1-2.

²¹ Nuno Luís Madureira, *op. cit.*, p. 99.

aluga ao capitão António Lopes a sua primeira loja, no lado direito da mesma rua. A freguesia de São José, evocação do, à data, padroeiro do ofício de entalhador, é uma das mais frequentadas por profissionais associados ao trabalho das madeiras. Porém, no ano em que vai para essa zona, José de Abreu do Ó é referido como pobre, razão pela qual não paga ainda imposto de maneiço.

Ainda que designado como homem pobre, a verdade é que no primeiro ano em que se encontra na dita freguesia tem já loja aberta o que significa, como vimos anteriormente, que exerce publicamente a sua actividade, ocupando assim lugar na sociedade laboriosa da capital. Em 1771 a loja, até então alugada a José de Abreu do Ó, fica devoluta, sendo posteriormente ocupada por taberneiros, um tendeiro e um procurador. Oito anos mais tarde, volta a ser alugada para servir um ofício similar, desta vez ao marceneiro Caetano Rodrigues de Carvalho.

Data de 1767 a primeira referência que conhecemos em que José de Abreu do Ó é denominado como oficial de entalhador. A partir deste ano, coincidente com o do nascimento da sua primeira filha, o estatuto deste artista altera-se, conforme se depreende dos registos da décima, passando a pagar a taxa profissional de oficial, no valor habitual de \$400 réis. Registe-se, todavia, que o seu estatuto de oficial de entalhador não o impedia, segundo o regimento, de abrir tenda, conforme de resto se veio a verificar, continuando certamente ligado à oficina de um mestre.

De salientar ainda, nestes seis anos de permanência na freguesia de São José, a ausência de qualquer pagamento ao município em 1768. Tal deve-se a uma deslocação do artista a Évora, conforme atesta um acto notarial de 30 de Julho desse ano, assinado por José de Abreu do Ó «a rogo de Minha May Mariana Thereza»²². Além deste episódio, insuficiente para justificar a ausência de um ano, desconhece-se o motivo que o terá levado novamente a Évora. Certo é, porém, que os laços com a cidade onde nasceu e, sobretudo, com a oficina familiar onde iniciou a sua formação parecem estranhamente cortados.

²² Relativo a um acerto de contas entre Sebastião de Abreu do Ó e Maria Joaquina da Conceição. ADE, *Registos Notariais*, Livro n.º 1475, fls. 172-173.

Nos dez anos que decorrem entre 1772 e 1782 não foi possível apurar a morada ou local onde se terá estabelecido José de Abreu do Ó. Julgamos, porém, que uma vez mais se terá fixado num mesmo local durante um período de tempo razoável, eventualmente, com loja aberta em qualquer outra freguesia.

É com relutância que colocamos a hipótese de se ter ausentado da cidade visto que pontualmente continuamos a encontrar referências que comprovam a manutenção e desenvolvimento da sua actividade em Lisboa. Entre essas conta-se, designadamente, o seu desempenho enquanto juiz do ofício de entalhador, pelo menos desde 1777²³ e, uma outra, datada de 1781²⁴, em que assina na mesma qualidade, aspectos que cimentam a sua integração e o lugar de destaque que devia já ter no meio lisboeta.

²³ ANTT, *Desembargo do Paço*, Mç. 1708, doc. n.º 81.

²⁴ *Idem*, Mç. 1902, doc. n.º 4.

Mercês, Travessa do Cabra: 1783-1804

A partir de 1784, torna-se de novo possível detectar o paradeiro deste mestre entalhador que, ininterruptamente até 1802, se estabelece na freguesia das Mercês, onde passará um período de tempo mais alargado. Essa época correspondente também à fase de maior actividade deste artista.

Claramente referido como mestre do seu ofício, parece-nos remontar a estes anos a sua definição artística e, consequentemente, as encomendas de maior envergadura. Fixado o seu estatuto no seio da corporação, José de Abreu do Ó estabelece-se, como vimos, no sobrado e loja até então ocupados por Silvestre de Faria Lobo.

Com uma nova loja na travessa do Cabra, propriedade integrada num conjunto de casas dos «padres inglesinhos», tem desde então ao seu serviço e durante seis anos o oficial António Severino. Como mestre que é, paga de seu maneio a invariável soma de 1\$200 réis, a que acrescem mais \$400 réis pelo dito oficial.

Entre 1790 e 1797, já sem oficial, continua a ser-lhe cobrada a taxa de 1\$200 réis e a ser por isso nomeado como mestre. A partir de 1798, residindo ainda nas Mercês, dará outra finalidade à loja que manteve aberta durante catorze anos. Desde então, o seu ofício deixa de ser referido e, em conformidade, deixa também de pagar imposto profissional.

Em 1798, segundo esclarece o registo de arruamento, possui uma «Estancia de Carvão em outra superintendencia»²⁵, não sendo referido o seu ofício. De facto, para esse mesmo ano, conhecemos um registo notarial de ajuste de contas respeitante, justamente, à actividade comercial com uma estância de carvão que possuía em sociedade com Francisco José dos Réis, sendo aí designado como comerciante²⁶.

Entre 1799 e 1800 é referido nos livros de arruamento como homem sem ofício pelo que, obviamente, não se encontra qualquer registo nos correspondentes livros de maneio. Tal situação é alterada em 1802 quando, na mesma morada, é instalada uma fábrica de pão pela qual José de Abreu do Ó voltará a pagar imposto de 1\$200 réis. Estranhamente, tal deixará de ocorrer nos dois anos seguintes para, em 1805, ausente em definitivo desta freguesia, o maneio da dita fábrica e fornos de pão passar a ser provido por Mariana Luísa, a então locatária da propriedade.

Durante estes últimos sete anos de residência na freguesia das Mercês, José de Abreu do Ó é referido como homem sem ofício ou simplesmente nada é anotado. Esta alternância justifica-se, a nosso ver, pelo facto da cobrança ser realizada, como referimos, em função daquilo que é dado observar aos cobradores no momento do lançamento. Porém, levanta-se a questão do motivo que terá levado a que ininterruptamente os mesmos tenham observado José de Abreu do Ó como entalhador durante anos e só nestes últimos tal tenha deixado de ocorrer.

Na verdade, supõe-se que a partir de 1798 – data em que deixa de ser referido como entalhador –, então com 62 anos de idade, possa ter aberto loja numa outra freguesia, hipótese tão exequível quanto aquela, comprovada, de ter aberto uma

²⁵ Idem, livro n.º 772, fl. 47.

²⁶ ANTT, *Registos Notariais*, Cartório 9B, Livro n.º 148, fls. 11 v.-12 v.

estância de carvão em local diferente da sua morada. Por outro lado, o facto de ao longo destes anos não ter pago imposto profissional não implica necessariamente que tivesse deixado de exercer a sua actividade habitual podendo, à semelhança da estância de carvão, pagar maneiio de entalhador por outra superintendência, aquela onde, alegadamente, teria loja aberta.

A escassez de informação e contrariedade dos dados não permite, todavia, que se conheça em rigor a real actividade de José de Abreu do Ó nesse tempo. Sabemos porém que continuou certamente a exercer as suas funções de entalhador, desempenho atestado por pagamentos efectuados nessas datas, como é o caso de alguns que mais adiante apresentamos.

Seja por força das necessidades ou porque a idade avançada assim o exigiu, desconhece-se na realidade o que terá motivado o surgimento da actividade comercial. Todavia, certo é que para este período de tempo continua pontualmente a ser pago por trabalhos de entalhador e referido como mestre de tal ofício. Se feitos em anos recuados e pagos em atraso, trata-se de um enigma para o qual não dispomos de elementos esclarecedores, na certeza porém que nos documentos exarados pela Casa Real em anos coincidentes, mesmo que se reportem a pagamentos antigos, José de Abreu do Ó é claramente referido como mestre entalhador.

Nossa Senhora da Encarnação, Rua das Gáveas: 1828

Os últimos anos da sua vida são passados na freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, uma vez mais orago da padroeira da bandeira dos artesãos associados ao trabalho das madeiras: carpinteiros de móveis, sambladores, entalhadores e coronheiros.

Meses antes de completar 88 anos de idade, a 14 de Fevereiro de 1828, José de Abreu do Ó falece subitamente na Rua das Gáveas, sem receber os habituais sacramentos, tendo sido sepultado no cemitério de Santa Ana.

4. A obra

Talha da Estrela

Entre os entalhadores que colaboraram na obra da Estrela, sobressai o nome de José de Abreu do Ó, um dos poucos que de forma nítida é mencionado no mapa geral de despesa. Apesar disso, os registos não são suficientemente esclarecedores, pois não fornecem informações acerca das obras que ele possa ter realizado. Continuamos, portanto, sem saber que tipo de trabalho concebeu, qual o seu estilo, enfim, uma marca identificadora que permita comparações ou atribuições. Para o efeito, importa cotejar as obras existentes com os pagamentos efectuados, no período que decorre entre o início da construção do edifício e os últimos acabamentos.

De notar que, nos valores pagos a José de Abreu do Ó, estarão incluídas várias peças, pelo que cada pagamento corresponderá a diferentes intervenções deste mestre. Estas quantias parecem-nos tanto mais plurais, quando comparadas com outras, respeitantes a obras de talha da sua autoria, cujos valores são aceitáveis para uma única obra, mas incomparavelmente inferiores aos contos de réis que normalmente recebe pelas que realiza para a Estrela. Por outro lado, estas somas poderiam também servir para que Abreu do Ó pagasse os ordenados de oficiais que com ele colaborariam, nomeadamente ao nível da montagem e acabamentos, como limpadores, ensambladores, torneiros, douradores ou pintores.

Por último, além dos objectos que de seguida se analisam, julgamos que nestes vastos pagamentos estarão também incluídas outras peças, designadamente, modelos de madeira para modelar ou fundir (por exemplo, objectos de ourivesaria como castiçais, banquetas ou sacras; e ornatos como cartelas, capitéis ou florões), tocheiros, círios, cancelas, pedestais, sacrários, tronos, comungatórios, maquetinas ou caixas de órgãos.

Entre as peças realizadas nesta época para a Estrela, destacam-se: o *candeeiro das trevas*, os arcazes da sacristia, os confessionários, o retábulo da tribuna das freiras e o guarda-vento no acesso ao templo.

O *candeeiro das trevas*, peça entalhada em pau santo, distingue-se por uma rica e sinuosa ornamentação. Actualmente no transepto da igreja, a sua estrutura foi realizada no final de 1781 pelos carpinteiros da obra, incluindo-se num lote de vinte e seis folhas de salários, pelas quais recebem esses operários um total de 875\$590 réis²⁷. Quanto à sua autoria, supomos que o primeiro pagamento adiantado a José de Abreu do Ó se reporta à execução da talha deste objecto, liquidado a 7 de Maio de 1782 pelo valor de 247\$000 réis.

Os arcazes da sacristia, realizados em carvalho e com ferragens de metal dourado, são compostos por uma pesada arca com gavetas e alçado sobreposto. Também realizados pelos carpinteiros da obra, é interessante que esses operários tenham sido especificamente destacados para o efeito, na medida em que são abertas folhas de jornais exclusivas para a manufactura destas peças, que lhes valeram um total de 3:332\$385 réis. Ao longo de quatro meses, a construção destes móveis decorreu em duas etapas: a primeira, entre 9 de Novembro e 28 de Dezembro de 1782 (paga a 30 de Janeiro de 1783), e a segunda, entre 4 de Janeiro e 1 de Março de 1783 (paga a 29 de Abril de 1783)²⁸.

Quanto à talha que os ornamenta, não encontramos qualquer registo que associe Abreu do Ó à sua realização, dado que, nos anos que se seguem, não lhe é feito nenhum pagamento. Por outro lado, o valor despendido com os arcazes parece-nos demasiado elevado para apenas corresponder ao trabalho de carpintaria que lhes está associado pelo que, como já se havia verificado, na designação de carpinteiros que trabalharam na sacristia podem também caber os entalhadores que colaboraram na decoração da peça, sendo assim atribuíveis a António Angelo²⁹.

No que diz respeito aos confessionários, supomos que estivessem concluídos por ocasião da sacração dos sinos da

²⁷ Sobre a colaboração dos carpinteiros nas obras posteriormente entalhadas veja-se Sandra Costa Saldanha, *A Basílica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus*, Lisboa, Livros Horizonte (no prelo).

²⁸ A documentação citada pode ser consultada em Sandra Costa, *Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus à Estrela* (Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa), 2 Vols., Lisboa, 2004 (texto fotocopiado).

²⁹ Sobre a colaboração de António Angelo na Estrela veja-se Sandra Costa Saldanha, *op. cit.*

igreja, a 17 de Agosto de 1788. Na descrição da armação do templo para essa cerimónia, Fernando António Fidié alude às «cortinas nas portas, que fazião frente dos Confissionarios» sendo relatado mais adiante que, por forma a que se acesse a uma tribuna montada na entrada da igreja, terá sido feito em madeira um corredor, entre a portaria e o cruzeiro, no qual se encontravam então os confissionários.

Todavia, não conhecemos qualquer pagamento feito a José de Abreu do Ó próximo das datas sugeridas, pelo que, à semelhança do caso anterior, estas peças podem ter sido realizadas nos estaleiros da obra, recorrendo à mão-de-obra requisitada para o efeito. Acresce ainda o facto de, entre as obras enumeradas inicialmente, se tratar da única que, explicitamente, o entalhador António Angelo refere ter executado para a Estrela ³⁰.

³⁰ *Ibidem.*

Quanto à decoração da tribuna das freiras, esta parece-nos integrável num conjunto de trabalhos que tiveram lugar no ano de 1789, com o objectivo de proceder aos acabamentos mais urgentes para a sagração da igreja, que aconteceria a 15 de Novembro desse ano e que, por isso, se pautou pela celeridade com que foi concretizada. Supomos que se possa incluir num pagamento efectuado a José de Abreu do Ó a 7 de Maio de 1789, por uma obra concluída a 16 de Abril (sete meses antes da sagração), pelo valor de 953\$200 réis. Uma vez mais, poderá ser um número elevado para a realização da talha em questão, todavia, poderia também servir para que o mestre pagasse aos oficiais que com ele colaboraram, nomeadamente no caso em análise que apresenta, além do trabalho de talha, douramento e pintura, naturalmente a cargo de outros artífices. Devido às afinidades estilísticas da obra, Natália Correia Guedes atribui este retábulo a Silvestre de Faria Lobo, contudo, não nos parece que esse entalhador tenha tido qualquer ligação com a obra da Estrela.

O guarda-vento da igreja, realizado em pau santo, com uma elaborada e profusa obra de talha, terá sido uma das últimas peças realizadas. De acordo com a sua função e localização, para ser montado era necessário que o essencial da

construção estivesse concluído. Por outro lado, constituiu-se também como uma parte da obra que, pela sua importância (o acesso ao templo), deveria estar acabada para a importante cerimónia de sagração da basílica.

Analisando os pagamentos efectuados, supomos que a avultada soma de 4:422\$000 paga a José de Abreu do Ó, corresponde à realização do guarda-vento da igreja, obra concluída uma semana antes de se iniciarem as festividades da sagração, precisamente a 7 de Novembro de 1789, e que lhe seria abonada no dia 13 do mesmo mês. Naturalmente, este valor não incluirá apenas a peça em questão, apesar da sua envergadura, qualidade técnica e material, sobretudo se o compararmos com os 696\$000 réis pagos a António Angelo pela execução de dois guarda-ventos para a igreja de Bucelas, entre 1784 e 1785. Por esse motivo podem, uma vez mais, incluir-se neste pagamento outras peças feitas pelo entalhador.

Até Maio de 1790, José de Abreu do Ó continuará a desenvolver a sua actividade para a Estrela recebendo, no mês seguinte, a elevada quantia de 3:453\$000 réis. Quebrando a monótona e plural linguagem do mapa geral, surge uma portaria, em Março de 1797, pela qual se paga ao mesmo artista a realização de um trono portátil e uns modelos para a igreja, no valor de 2:168\$800 réis, única referência que especifica peças da sua autoria para aquele monumento mas, infelizmente, as únicas cujo paradeiro desconhecemos.

Outras obras

Além da sua longa actividade em torno da basílica da Estrela, José de Abreu do Ó manteve-se associado a outras encomendas pagas com dinheiros públicos, sobretudo associadas à Casa Real. Trabalhando por diversas vezes em estreita colaboração com Joaquim Machado de Castro, foi incumbido pelo escultor de realizar acessórios para algumas das suas obras, nomeadamente pequenas peças de mobiliário ou peanhas. Por outro lado, a necessidade de adequação da talha aos projectos de arquitectura determinou ainda que a responsabilidade da

traça de alguns dos seus projectos se tivesse ficado a dever à intervenção do arquitecto encarregado das respectivas obras. Sobre esta matéria, é interessante uma passagem do documento de 1781, atrás citado. Admitindo a importância dos conhecimentos de arquitectura para o risco dos projectos, reportam-se os juizes e mestres entalhadores à interferência que Reinaldo Manuel dos Santos e Manuel Caetano de Sousa teriam nos trabalhos de talha ³¹.

Além das diversas encomendas para a Estrela, sabe-se que a 17 de Janeiro de 1784 José de Abreu do Ó recebe a quantia de 44\$000 réis relativa à obra de uma cadeira, peanha e banquetas, que havia realizado para uma imagem de Santa Ana com a Virgem. Da autoria de Joaquim Machado de Castro, do conjunto destinado ao convento de Nossa Senhora da Conceição em Arroios, resta actualmente apenas a imagem e respectiva cadeira ³².

No mesmo ano, a 12 de Julho, e uma vez mais pago por Machado de Castro, Abreu do Ó é abonado pela execução de uma peanha que realizou para uma imagem de São José, encomendada por D. Maria I para o convento de padres arrábidos da Boa Viagem. Tendo recebido a quantia de 9\$600 réis, o célebre escultor terá procedido à reparação da imagem, desconhecendo-se, todavia, o paradeiro actual das peças.

Em Setembro de 1796 é encomendado a José de Abreu do Ó um retábulo para o oratório do conselho ultramarino. Obra ordenada pelo arquitecto das Obras Públicas, que era então Manuel Caetano de Sousa, foi arrematada pela soma de 288\$000, paga a José de Abreu do Ó em três fracções de 96\$000 réis, pelo cofre do donativo dos 4%: a primeira na contratação (26 de Setembro de 1796), a segunda a meio da obra (26 de Outubro de 1796) e a terceira quando esta se encontrava já concluída (27 de Janeiro de 1797).

Em 1801 é efectuado um outro pagamento, desta vez pela obra de talha que realizou para guarnecer o pedestal da estátua da rainha D. Maria I. De novo uma obra da autoria de Machado de Castro, actualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

³¹ ANTT. *Desembargo do Paço*, Mç. 1902, doc. n.º 4, fl. 138ss.

³² Museu Nacional de Arte Antiga, inv. n.º 584.

Em jeito de conclusão, parece-nos importante acentuar o contexto em que José de Abreu do Ó inicia a sua actividade, na medida em que se afasta do contexto familiar em que julgamos ter iniciado a sua formação. Depois de integrado em Lisboa e estabelecidos os primeiros contactos, destacam-se os relacionamentos que lhe podem ter viabilizado o acesso ao meio artístico da capital.

Paralelamente às relações que cultiva, desenvolve uma actividade que se detecta, não só pelas obras encomendadas e comprovadamente realizadas, mas também pelo estabelecimento de loja e permanência em pontos estratégicos da cidade, aspectos sintomáticos do progressivo aumento da sua estabilidade social. Neste contexto, participa activamente nas decisões relativas ao seu ofício, integrando a vida corporativa da capital.

Porém, o momento de maior destaque na carreira de José de Abreu do Ó parece ter sido a sua colaboração na construção da basílica do Santíssimo Coração de Jesus. Único entalhador nomeado nos livros de despesa dessa empresa, terá estado associado à obra durante pelo menos quinze anos.

Apesar de escasso o conhecimento estilístico da obra, José de Abreu do Ó foi o derradeiro representante desta importante família de entalhadores. Consagrando todo o século XVIII ao labor da talha, os Abreu do Ó atravessaram toda essa centúria representando as tendências da sua época: em Évora, do barroco ao rococó, culminam em Lisboa com o gosto eclético da corte Mariana.